

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRETOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira.



(André Dahmer. Malvados. *Folha de S.Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#30/7/2017>. Publicado em 30.07.2017)

É correto concluir que a tira traz uma crítica à

- (A) rapidez com que a internet torna acessíveis informações que estão na TV.
- (B) má qualidade e à desatualização das informações veiculadas na televisão.
- (C) falta de critério das pessoas quanto aos conteúdos buscados na internet.
- (D) maneira excessiva e sem critério como as pessoas se expõem na internet.
- (E) fragilidade da segurança das informações que são publicadas na internet.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 11.

Utilidades demais

Flanando outro dia pela avenida Rio Branco, vi-me sem querer numa galeria formada por camelôs na cidade do Rio de Janeiro. E, como estava ali, caí na tentação de procurar um objeto: uma lanterninha, daquelas micro, de plástico, a pilha. O camelô me mostrou uma pequena peça, que acoplou a seu celular, e produziu um jatinho de luz. Agradei e respondi que não me servia – “Não uso celular”, expliquei.

O camelô se scandalizou: “Não usa celular???” , perguntou, com vários pontos de interrogação e num volume que o fez ser ouvido por todo mundo em volta. A frase se espalhou pelos demais camelôs e, em segundos, à medida que eu passava pelo corredor humano, podia sentir os dedos apontados para mim e a frase: “Não usa celular!!!”. Para eles, eu devia equivaler a alguém que ainda não tinha aderido ao banho quente ou à luz elétrica. Acho até que um camelô me fotografou, talvez para mostrar a algum amigo incrédulo – como pode haver, em 2017, quem não use celular?

Consciente de ser um anacronismo ambulante, confesso-me esta pessoa e me atrevo a dizer que o celular nunca me fez falta – e continua não fazendo. Para me comunicar, vivo hoje mais ou menos como em 1990, quando o treco ainda não existia e nem se pensava no assunto.

Ninguém deixa de falar comigo por falta de telefone. Se estou em casa, atendo àquele aparelho que hoje chamam, com desprezo, de “fixo”. Se tiver de sair, faço as ligações de que preciso e vou alegremente para a rua. Se eu estiver fora e alguém me telefonar, paciência – se for importante, ligará de novo.

Por que não uso celular? Porque, com suas 1001 utilidades, tipo Bombril, ele é capaz de me escravizar. O único jeito é manter-me à distância – até o dia em que, com ou sem ele, provavelmente ficarei inviável de vez.

(Ruy Castro. *Folha de S.Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2017/07/1905766-utilidades-demais.shtml>. Publicado em 31.07.2017. Adaptado)

02. A afirmação do autor, no terceiro parágrafo do texto, de que se reconhece como um anacronismo ambulante é motivada pelo fato de ele

- (A) ter se perdido pelas ruas do Rio de Janeiro e ido parar em uma galeria de camelôs.
- (B) ter desejado comprar uma lanterninha a pilha a fim de acoplá-la em seu celular.
- (C) ter sido comparado, por um camelô que o fotografou, a alguém que não toma banho.
- (D) ter sido ridicularizado por desconhecer a existência de lanterninhas para celular.
- (E) ainda viver sem telefone celular em uma época em que o aparelho é tão comum.

03. O autor do texto usa como argumento para justificar a sua resistência em aderir ao telefone celular
- (A) o excesso de funções desse tipo de aparelho, o que tornaria difícil utilizá-lo.
 - (B) o receio de se tornar dependente do aparelho, devido à sua multiplicidade de funções.
 - (C) a experiência tida com o telefone fixo, o qual acabou abandonando devido aos constantes incômodos.
 - (D) a sua preferência por andar livremente pela rua, sem ser localizado por meio do telefone.
 - (E) a discordância de que o celular seja mais útil do que o telefone fixo, razão pela qual prefere o segundo.
04. A reação dos camelôs à informação do autor de que não usava telefone celular leva a concluir que aqueles consideram essa atitude uma
- (A) trivialidade.
 - (B) formalidade.
 - (C) excentricidade.
 - (D) banalidade.
 - (E) comodidade.
05. O termo destacado na frase “Ninguém deixa de falar comigo **por** falta de telefone.” forma uma expressão com sentido de
- (A) finalidade.
 - (B) origem.
 - (C) modo.
 - (D) meio.
 - (E) causa.
06. O termo destacado na frase “**Flanando** outro dia pela avenida Rio Branco...” pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido do texto, por
- (A) perambulando.
 - (B) procurando.
 - (C) observando.
 - (D) voltando.
 - (E) correndo.
07. Assinale a alternativa cuja forma verbal em destaque expressa possibilidade de que um fato ou evento venha a se realizar.
- (A) E, como **estava** ali, caí na tentação de procurar um objeto...
 - (B) Agradei e respondi que não me **servia**...
 - (C) ... o celular nunca me fez falta – e **continua** não fazendo.
 - (D) Se eu **estiver** fora e alguém me telefonar, paciência...
 - (E) O único jeito é **manter**-me à distância...
08. Assinale a alternativa em que a frase, escrita a partir do texto, está correta quanto ao emprego do pronome, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Encontrei-me numa galeria formada por camelôs e, percorrendo ela, procurei uma lanterninha.
 - (B) A frase se espalhou pelos demais camelôs, cujos me apontavam, rindo-se de mim.
 - (C) Se tenho de fazer ligações, faço-lhes antes de sair de casa, pelo telefone fixo.
 - (D) Uso um aparelho que as pessoas não usam mais: chamam-no, com desprezo, de fixo.
 - (E) Atrevo-me a dizer que os telefones celulares não foram feitos para mim lhes usar.
09. O segmento “Se tiver de sair, faço as ligações de que preciso...” apresenta reescrita correta, sem alteração do sentido original, em:
- (A) Caso tenha de sair, faço as ligações de que preciso...
 - (B) Como tenho de sair, faço as ligações de que preciso...
 - (C) Porque tenho de sair, faço as ligações de que preciso...
 - (D) Embora tenha de sair, faço as ligações de que preciso...
 - (E) Conforme tenha de sair, faço as ligações de que preciso...
10. Assinale a alternativa cujo termo em destaque estabelece relação com sentido de comparação.
- (A) E, **como** estava ali, caí na tentação de procurar um objeto...
 - (B) ... perguntou, **com** vários pontos de interrogação...
 - (C) ... **como** pode haver, em 2017, quem não use celular?
 - (D) ... vivo hoje mais ou menos **como** em 1990, quando o treco ainda não existia...
 - (E) Porque, **com** suas 1001 utilidades, tipo Bombril, ele é capaz de me escravizar.

11. Assinale a alternativa em que a frase escrita a partir do texto está correta quanto à pontuação e ao emprego do verbo, segundo a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) O motivo de todo o mal-entendido: era um só a busca do autor por uma lanterna da qual talvez nem precisa.
- (B) O motivo de todo o mal-entendido era um só: a busca do autor por uma lanterna da qual talvez nem precisasse.
- (C) O motivo de todo o mal-entendido era um só a busca do autor: por uma lanterna da qual talvez nem precisava.
- (D) O motivo de todo o mal-entendido era um só a busca do autor por uma lanterna: da qual talvez nem precisou.
- (E) O motivo de todo o mal-entendido era um só a busca do autor por uma lanterna da qual talvez: nem precise.

Leia a tira para responder às questões de números 12 a 14.



(Quino. *Toda Mafalda*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010)

12. É correto concluir que o desolamento do pai, no último quadrinho da tira, deve-se ao fato de a pergunta feita por sua filha
- (A) ter sido mal formulada, impedindo-o de compreender o que ela queria saber.
- (B) ser sobre algo muito complexo para se responder com simplicidade e clareza.
- (C) ser sobre uma questão simples, e, ainda assim, ele não conseguir dar uma resposta.
- (D) indicar que ela o julga uma pessoa complicada e que, portanto, precisa melhorar.
- (E) dispensar uma resposta mais elaborada, para a qual ele vinha se preparando.
13. O termo em destaque na frase do segundo quadrinho “**Com** simplicidade e clareza!” forma uma expressão com sentido de
- (A) modo.
- (B) causa.
- (C) origem.
- (D) direção.
- (E) finalidade.
14. Assinale a alternativa em que a frase escrita a partir da tira está correta quanto à concordância verbal ou nominal, conforme a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) A objetividade e a clareza dos pais nas respostas a certos questionamentos aumentam a confiança que os filhos têm neles.
- (B) A objetividade e a clareza dos pais nas respostas a dado questionamentos aumenta a confiança que os filhos têm neles.
- (C) A objetividade e a clareza dos pais nas respostas a quaisquer questionamento aumenta a confiança que os filhos têm nele.
- (D) A objetividade e a clareza dos pais nas respostas a certos questionamentos aumentam a confiança que os filhos tem nele.
- (E) A objetividade e a clareza dos pais nas respostas a tais questionamentos aumenta a confiança que os filhos tem nele.

Leia o texto para responder às questões de números 15 a 24.

O futuro da universidade

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, disse em entrevista que o teto salarial paulista, hoje em R\$ 21 mil, é uma ameaça à excelência das universidades públicas do Estado de São Paulo. Com esse valor para o topo da carreira, fica difícil atrair os melhores talentos. Concordo, mas acrescento que a lista de constrangimentos não para aí.

A isonomia salarial, tão celebrada pelos sindicatos, produz um efeito muito semelhante. Mesmo que não houvesse teto, a regra segundo a qual não pode haver diferenças salariais entre professores com a mesma titulação e tempo de carreira impediria as universidades públicas de contratar prêmios Nobel ou quaisquer outros pesquisadores de gabarito internacional. Para escancarar o absurdo da coisa, tente imaginar um clube como o Barcelona ou o PSG tendo de lidar com uma norma que manda pagar o mesmo para a estrela do time e o terceiro goleiro reserva.

Teto e isonomia são apenas dois exemplos de uma série de empecilhos institucionais que, receio, acabarão condenando as universidades públicas à mediocridade. Para tornar o quadro mais dramático, vale lembrar que hoje, ao contrário de décadas passadas, elas já não reinam absolutas.

Em áreas como medicina, direito, economia e engenharias, que têm forte inserção no mercado, já surgiram instituições privadas que oferecem cursos de qualidade comparável ou até superior aos da Unicamp, USP etc. Elas ainda ficam bastante atrás em pesquisa e é improvável que se interessem por criar cursos quase que fadados a ser deficitários como sânscrito ou astronomia, que são, entretanto, o que assegura o caráter de universalidade que faz parte até da raiz da palavra “universidade”.

De todo modo, se as universidades públicas querem manter a relevância, precisam pensar em reformas mais profundas do que apenas criar cotas ou estancar o *deficit* orçamentário.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*, <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2017/08/1913821-o-futuro-da-universidade.shtml>. 29.08.2017. Adaptado)

15. Na opinião do reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, as universidades públicas paulistas podem ter a qualidade comprometida em razão de

- (A) os salários dos bons professores serem congelados, permitindo que os de pouco talento estejam entre os mais contratados.
- (B) os salários dos professores estarem sujeitos a um limite máximo, o que os torna pouco convidativos a docentes mais bem qualificados.
- (C) as universidades privadas, por estarem à frente das públicas no investimento em pesquisas, atraírem os melhores professores.
- (D) a carreira docente ser, atualmente, regida pelo princípio de que o salário deve estar estreitamente associado à experiência e à titulação.
- (E) os salários dos docentes de instituições públicas, mesmo no topo da carreira, serem equivalentes aos de seus pares nas universidades privadas.

16. Um aspecto apontado pelo autor como obstáculo a que as universidades públicas paulistas atraíam os melhores talentos é

- (A) a representação dos sindicatos, que insistem em defender medidas pouco favoráveis ao trabalho em iguais condições.
- (B) a diferença existente entre os salários pagos a professores com o mesmo tempo de carreira e a mesma titulação.
- (C) o descaso das políticas educacionais, que levam as universidades públicas a continuarem oferecendo cursos com baixa demanda.
- (D) a adoção de regras que nivelam a remuneração dos professores com base nos títulos acadêmicos obtidos e no tempo de carreira.
- (E) a inexistência, no Brasil, de cursos com tradição em formar pesquisadores de prestígio reconhecido internacionalmente.

17. Segundo a opinião do autor, as universidades públicas precisam pensar em reformas profundas

- (A) para que universidades como a USP e a Unicamp possam atingir o mesmo padrão de qualidade das universidades privadas.
- (B) que mantenham a qualidade superior das universidades públicas em áreas como medicina, direito, economia e engenharias.
- (C) a fim de que certas regras institucionais que podem condenar as universidades públicas à mediocridade sejam corrigidas.
- (D) que acabem com o oferecimento de cursos de sânscrito e de astronomia, irrelevantes tanto para o mercado quanto para a pesquisa.
- (E) que possam resolver o problema de *deficit* orçamentário criado pela imposição do sistema de cotas às universidades públicas.

18. A expressão em destaque na frase “**Mesmo que** não houvesse teto...” estabelece, no texto, relação com sentido de

- (A) causa, e pode ser corretamente substituída por “Visto que”.
- (B) finalidade, e pode ser corretamente substituída por “Para que”.
- (C) condição, e pode ser corretamente substituída por “Desde que”.
- (D) concessão, e pode ser corretamente substituída por “Ainda que”.
- (E) consequência, e pode ser corretamente substituída por “De modo que”.

19. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido figurado.

- (A) ... é uma ameaça à **excelência** das universidades públicas do Estado de São Paulo.
- (B) A **isonomia** salarial, tão celebrada pelos sindicatos...
- (C) ... a regra segundo a qual não pode haver **diferenças** salariais...
- (D) Em áreas como medicina, direito, **economia** e engenharias...
- (E) ... mais profundas do que apenas criar cotas ou **estancar** o *deficit* orçamentário.

20. Considere os seguintes trechos do texto:

- ... a regra segundo a qual não pode haver diferenças salariais entre professores (...) **impediria** as universidades públicas de contratar...
- ... uma série de empecilhos institucionais que, receio, acabarão condenando as universidades públicas à **mediocridade**.

Os termos em destaque nos trechos têm sentido contrário, respectivamente, de

- (A) indicaria; originalidade.
- (B) admitiria; inexpressividade.
- (C) propiciaria; grandiosidade.
- (D) direcionaria; expressividade.
- (E) renovaria; regularidade.

21. A informação contida no penúltimo parágrafo do texto “Elas ainda ficam bastante atrás em pesquisa...” se refere a:

- (A) diferenças salariais, no segundo parágrafo.
- (B) universidades públicas, no terceiro parágrafo.
- (C) décadas passadas, no terceiro parágrafo.
- (D) áreas como medicina, no quarto parágrafo.
- (E) instituições privadas, no quarto parágrafo.

22. Assinale a alternativa cujos termos em destaque expressam, respectivamente, circunstância de intensidade e de tempo.

- (A) ... **hoje** em R\$ 21 mil... / ... **tão** celebrada pelos sindicatos...
- (B) ... um efeito **muito** semelhante. / ... a regra **segundo** a qual...
- (C) ... são **apenas** dois exemplos... / ... elas já **não** reinam absolutas.
- (D) Em áreas **como** a medicina... / Elas **ainda** ficam...
- (E) ... **bastante** atrás em pesquisa... / ... **já** surgiram instituições...

23. Considere a seguinte frase escrita a partir do texto.

Teto e isonomia são apenas dois exemplos de uma série de empecilhos institucionais que condenarão **as universidades públicas** à mediocridade.

Substituindo-se a expressão “**as universidades públicas**”, fica em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, quanto ao uso e à colocação do pronome, a seguinte redação:

- (A) ... uma série de empecilhos institucionais que **as condenarão** à mediocridade.
- (B) ... uma série de empecilhos institucionais que **condenarão-as** à mediocridade.
- (C) ... uma série de empecilhos institucionais que **lhes condenarão** à mediocridade.
- (D) ... uma série de empecilhos institucionais que **condenarão-lhes** à mediocridade.
- (E) ... uma série de empecilhos institucionais que **condenarão-nas** à mediocridade.

24. Assinale a alternativa em que, na frase escrita a partir do texto, as vírgulas estão corretamente empregadas, segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Com o teto salarial atual, segundo o reitor da Unicamp a excelência das universidades públicas, está comprometida.
- (B) O valor pago para o topo da carreira, dificulta por exemplo que, se possam atrair novos talentos para as universidades.
- (C) A isonomia salarial, segundo a qual não pode haver diferenças nos salários pagos aos professores, precisa ser superada.
- (D) Considere-se que diferentemente do que ocorria em, décadas passadas, as universidades públicas já sofrem concorrência.
- (E) A pesquisa, apesar de tudo ainda continua sendo, o que distingue as instituições públicas das universidades privadas.

Leia o texto para responder às questões de números 25 a 28.

Universidades adotam vestibulares específicos para alunos indígenas

Na fronteira do Brasil com o Peru, o município de Mâncio Lima (AC) homenageia com seu nome o coronel que, no início do século 20, colonizou os índios puyanawa, explorou sua força de trabalho e proibiu suas manifestações culturais.

Quase cem anos depois, o puyanawa Jósimo Constant leva a cultura de sua etnia para a cidade que abriga o centro do poder. Formado em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), está no mestrado em direitos humanos e já foi aprovado em um doutorado – tudo isso sem abrir mão dos adereços e costumes tradicionais de seu povo.

Constant é um dos estudantes aprovados pelo vestibular indígena da UnB, que, em 2004, foi uma das primeiras a implementar um processo específico para selecionar alunos indígenas. Desde então, o modelo já foi aplicado em pelo menos sete instituições federais do país, além das universidades estaduais do Paraná. E a lista deve aumentar, já que a Unicamp propôs implementar um processo seletivo do mesmo tipo, proposta que deverá ser votada ainda este ano.

(Angela Pinho. *Folha de S.Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1917029-universidades-adotam-vestibular-especifico-para-alunos-indigenas.shtml>. Publicado em 09.09.2017. Adaptado)

25. Segundo o texto,

- (A) as universidades estaduais também deveriam adotar processos seletivos específicos para indígenas.
- (B) o nome do município de origem indígena Constant é uma justa homenagem ao colonizador dos puyanawa.
- (C) o exame de seleção específico para indígenas, com o tempo, pode levar à perda gradativa da identidade desses povos.
- (D) a política de acesso dos indígenas apenas aos cursos de graduação precisa ser revista pelas universidades.
- (E) o processo seletivo específico para alunos indígenas tem ganhado apoio também de instituições estaduais de ensino.

26. A passagem do texto que apresenta relação com sentido de causa e consequência é:

- (A) ... homenageia com seu nome o coronel que, no início do século 20, colonizou os índios puyanawa...
- (B) Quase cem anos depois, o puyanawa Jósimo Constant leva a cultura de sua etnia para a cidade que abriga o centro do poder.
- (C) Formado em antropologia pela Universidade de Brasília, está no mestrado em direitos humanos e já foi aprovado em um doutorado...
- (D) Desde então, o modelo já foi aplicado em pelo menos sete instituições federais do país.
- (E) E a lista deve aumentar, já que a Unicamp propôs implementar um processo seletivo do mesmo tipo...

27. Considere os seguintes trechos do texto:

- Constant é um dos estudantes aprovados pelo vestibular indígena da universidade, **que**, em 2004, foi uma das primeiras...
- ... a Unicamp propôs implementar um processo seletivo do mesmo tipo, proposta **que** deverá ser votada ainda este ano.

Assinale a alternativa que substitui, correta e respectivamente, os termos destacados nos trechos.

- (A) universidade, **a qual**, em 2004 / proposta **a qual** deverá
- (B) universidade, **na qual**, em 2004 / proposta **da qual** deverá
- (C) universidade, **onde**, em 2004 / proposta **cuja** deverá
- (D) universidade, **onde**, em 2004 / proposta **onde** deverá
- (E) universidade, **da qual**, em 2004 / proposta **a qual** deverá

28. Considere o trecho a seguir, escrito a partir das informações do texto.

Algumas medidas já adotadas talvez não sejam _____, pois ainda _____ muitos grupos sociais que precisam ser alcançados por uma educação de qualidade. No caso dos índios, para os quais já _____ diversas instituições federais com processo seletivo específico, a oferta de vagas exclusivas ainda tende a ser _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto, conforme a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) suficiente ... existem ... havia ... ampliadas
- (B) suficientes ... existem ... havia ... ampliada
- (C) suficiente ... existe ... havia ... ampliada
- (D) suficientes ... existe ... haviam ... ampliada
- (E) suficientes ... existem ... haviam ... ampliadas

29. Segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*, em uma correspondência, o vocativo adequado para se dirigir ao reitor da Universidade de Brasília é:

- (A) Senhor Reitor.
- (B) Magnífico Reitor.
- (C) Ilustríssimo Reitor.
- (D) Ilustríssimo Senhor Reitor.
- (E) Sua Excelência Senhor Reitor.

30. Assinale a alternativa em que o trecho do Aviso, dirigido de um Presidente de Câmara Municipal para o Prefeito, está redigido de acordo com os princípios de tratamento, objetividade e correção gramatical, indicados no *Manual de Redação da Presidência da República*.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

- (A) Estamos convidando a Sua Excelência à participar da cerimônia da abertura do *Primeiro Seminário Municipal sobre Mobilidade Urbana*.
- (B) Viemos por meio deste convidar à Vossa Excelência para participar da cerimônia da abertura do *Primeiro Seminário Municipal sobre Mobilidade Urbana*.
- (C) Convido Vossa Excelência a participar da cerimônia da abertura do *Primeiro Seminário Municipal sobre Mobilidade Urbana*.
- (D) É com imensa satisfação que pretendemos convidar à Vossa Eminência para participar da cerimônia da abertura do *Primeiro Seminário Municipal sobre Mobilidade Urbana*.
- (E) Viemos através deste vos convidar à participar da cerimônia da abertura do *Primeiro Seminário Municipal sobre Mobilidade Urbana*.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31. No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário poderá fazer uma cópia de arquivos/pastas do computador para dispositivos removíveis como pendrives por meio do aplicativo acessório padrão chamado _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

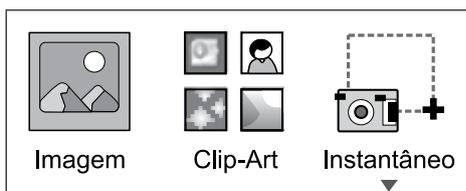
- (A) Windows Explorer.
- (B) Painel de Controle.
- (C) Monitor do Sistema.
- (D) Agendador de Tarefas.
- (E) Bloco de Notas.

32. Um advogado, após elaborar uma peça jurídica por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, decide fazer uma verificação de ortografia e gramática no texto.

Assinale a alternativa que apresenta o atalho por teclado usado para verificação de ortografia e gramática.

- (A) F8
- (B) F7
- (C) F6
- (D) F5
- (E) F1

33. Os ícones exibidos a seguir foram retirados do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que apresenta o nome da Guia a que pertencem os ícones exibidos.

- (A) Animações.
- (B) Página Inicial.
- (C) Exibição.
- (D) Design.
- (E) Inserir.

34. Um advogado, por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, elabora uma planilha de despesas, listando o item de despesa (coluna A), a ação relacionada (coluna B) e o valor gasto (coluna C). A imagem ANTES mostra a lista digitada pelo advogado. Em virtude do crescimento dos itens, o advogado utilizou um recurso que permite escolher uma ação específica e, com isso, verificar apenas os itens relacionados, como pode ser visto na imagem DEPOIS.

ANTES

	A	B	C
1	Item despesa	Ação	Valor
2	Item 1	Ação 1	100,00
3	Item 2	Ação 2	200,00
4	Item 3	Ação 3	300,00
5	Item 4	Ação 1	150,00
6	Item 5	Ação 2	75,00
7			

DEPOIS

	A	B	C
1	Item despesa	Ação	Valor
3	Item 2	Ação 2	200,00
6	Item 5	Ação 2	75,00
7			

Assinale a alternativa que apresenta o recurso aplicado de acordo com o enunciado.

- (A) AutoSoma.
- (B) Pesquisar.
- (C) Mostrar.
- (D) Filtro.
- (E) Classificar.

35. Para preenchimento de endereço de e-mail durante a preparação de um e-mail por meio do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, um usuário pode utilizar apenas

- (A) o campo Para.
- (B) os campos Para e Cc.
- (C) os campos Para, Cc e Cco.
- (D) os campos Cc e Cco.
- (E) os campos Cco e Assunto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. O mandado de segurança é uma garantia constitucional destinada à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Sobre tal garantia constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, mesmo que sem representação no Congresso Nacional.
- (B) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito devolutivo, independentemente de caução.
- (C) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- (D) Quando concedida a medida liminar, se o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 5 dias, os atos e as diligências que lhe cumprirem, será decretada a sua perempção ou caducidade.
- (E) Apenas nos casos de causa contra a Fazenda Pública, concedida a segurança pleiteada, a sentença estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.

37. Suponha que a Câmara Municipal de Barretos esteja discutindo a possibilidade de edição de lei ordinária para dispor sobre regras de panfletagem de propaganda comercial nos logradouros públicos da cidade e solicite ao procurador da Câmara parecer acerca da constitucionalidade ou não de eventual lei dispondo sobre a matéria.

Nesse caso, é correto que o procurador deverá afirmar que a lei será

- (A) inconstitucional, uma vez que a competência para tratar sobre propaganda comercial é exclusiva da União.
- (B) inconstitucional, pois a competência para tratar sobre a matéria é comum entre a União, Estados-membros e Distrito Federal, e não aos Municípios.
- (C) inconstitucional, pois a competência para regulamentação da propaganda comercial é privativa dos Estados.
- (D) constitucional, uma vez que a competência para legislar sobre a matéria é concorrente entre União, Estados-membros e Municípios.
- (E) constitucional, pois ao tratar sobre regras de panfletagem nos logradouros públicos da cidade, insere-se como matéria de âmbito local, cuja competência é dos Municípios.

38. Suponha que Otelo, vereador do Município de Barretos, tenha viajado para o Município de Campinas para tratar de questões de interesse do município. Ocorre que, durante uma de suas falas em reunião de sessão legislativa com outros vereadores, Otelo ofende um dos vereadores do Município de Campinas, afirmando que este apoiou a corrupção. Nesse caso, sob a ótica das prerrogativas, direitos e imunidades asseguradas aos vereadores pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Como os Vereadores também possuem imunidade formal, por aplicação analógica daquela assegurada aos Deputados e Senadores, eventual julgamento de Otelo deverá ocorrer perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) Por também possuir imunidade formal, Otelo somente poderá ser processado perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Otelo possui tanto imunidade formal como material, razão pela qual não poderá ser processado, já que atuou no exercício do seu mandato.
- (D) Por possuir imunidade material, Otelo não poderá ser processado, já que lhe é garantida a inviolabilidade por quaisquer de suas palavras, votos e opiniões.
- (E) Muito embora possua imunidade material, Otelo não estará açambarcado por ela, pois esta somente seria aplicável por suas palavras, opiniões e votos no Município de Barretos.

39. Sob o prisma tutelado pela Constituição Federal acerca do funcionamento e caracteres dos partidos políticos, é correto afirmar:

- (A) é defeso aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governos estrangeiros, ou subordinação a estes.
- (B) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da legislação civil, os partidos políticos deverão registrar seus Estatutos perante o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que sua sede estiver estabelecida.
- (C) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, mas há obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, para garantir unidade nacional.
- (D) os partidos políticos podem ter caráter parcialmente internacional, desde que a diretoria seja composta exclusivamente por brasileiros.
- (E) os partidos possuem direito aos recursos destinados ao fundo partidário, mas o acesso à televisão e ao rádio é oneroso.

40. Em face da atual previsão da Constituição Federal, é considerado direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visam a melhoria de sua condição social:
- (A) jornada de 4 horas de trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo contrato de trabalho.
 - (B) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
 - (C) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 - (D) proteção do salário na forma da lei, sendo considerado como crime a sua retenção dolosa ou culposa.
 - (E) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de três anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
41. Sobre a composição das Câmaras Municipais, a Constituição Federal prevê que será observado o limite máximo de
- (A) 10 Vereadores, nos Municípios de até 15.000 habitantes.
 - (B) 12 Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 habitantes e até 30.000 habitantes.
 - (C) 14 Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 habitantes e de até 50.000 habitantes.
 - (D) 17 Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 habitantes e até 120.000 habitantes.
 - (E) 22 Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 habitantes e até 300.000 habitantes.
42. Assinale a alternativa que corresponda à previsão constitucional relacionada às atribuições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (A) Compete à Câmara dos Deputados aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (B) É competência privativa do Senado Federal a eleição dos membros do Conselho da República.
 - (C) É competência comum da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
 - (D) É competência concorrente entre a Câmara dos Deputados e do Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (E) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
43. Imagine que Mélvio possua área urbana de 220 metros quadrados. Nesse caso, em atenção à previsão constitucional acerca da política urbana, é correto afirmar, caso possua o imóvel
- (A) por, no mínimo, 10 anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando para sua moradia ou de sua família, adquirirá o domínio, sem qualquer outra condição.
 - (B) por, no mínimo, 10 anos, ininterruptamente e sem oposição, ainda que utilizando para fins comerciais, adquirirá o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (C) por 5 anos ininterruptos e sem oposição, utilizando para sua moradia ou de sua família, adquirirá o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, independentemente de seu estado civil.
 - (D) por 5 anos ininterruptos e sem oposição, utilizando para sua moradia ou de sua família, adquirirá o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, e seja casado.
 - (E) por 3 anos ininterruptos e sem oposição, utilizando para sua moradia ou de sua família, adquirirá o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, independentemente do seu estado civil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

44. No que concerne aos consórcios públicos previstos no Decreto nº 6.017/07, é correto afirmar que
- (A) a constituição de consórcio público independerá da prévia celebração de protocolo de intenções.
 - (B) o consórcio público adquirirá sempre a personalidade jurídica de direito público.
 - (C) o consórcio público será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do seu contrato constitutivo.
 - (D) os entes da Federação consorciados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (E) a alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei, pela maioria absoluta dos entes consorciados.

- 45.** Viola a Constituição Federal, entre outros casos, a nomeação de
- (A) parente em linha colateral até o quarto grau, da autoridade nomeante em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão dos Municípios.
 - (B) cônjuge, mesmo após o divórcio, da autoridade nomeante em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão dos Municípios.
 - (C) parente em linha reta até o quarto grau, da autoridade nomeante em cargo de assessoramento, para o exercício de cargo em comissão dos Municípios.
 - (D) companheiro da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública direta dos Municípios.
 - (E) parente em linha reta, colateral, excetuando-se por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante em cargo de assessoramento, para o exercício de cargo em comissão dos Municípios.
- 46.** O recurso, no processo administrativo,
- (A) será dirigido à autoridade superior que proferiu a decisão.
 - (B) sempre dependerá de caução.
 - (C) tramitará no máximo por seis instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
 - (D) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, sem análise de mérito, o encaminhará à autoridade superior.
 - (E) não será conhecido quando interposto por quem não seja legitimado.
- 47.** Considere a seguinte situação hipotética: A Câmara Municipal de Barretos necessita realizar uma obra de engenharia no valor de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).
Diante dessa assertiva, é correto afirmar, nos termos da Lei nº 8.666/93, que a obra
- (A) somente poderá ser realizada após o devido processo licitatório na modalidade de concorrência.
 - (B) poderá ser realizada, dispensando-se a licitação por se tratar de valor inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
 - (C) somente poderá ser realizada após o devido processo licitatório na modalidade de convite.
 - (D) poderá ser realizada, dispensando-se a licitação por se tratar de um caso de inexigibilidade.
 - (E) somente poderá ser realizada após o devido processo licitatório na modalidade de tomada de preço.
- 48.** No que concerne ao CONVITE, como modalidade de licitação, assinale a alternativa correta.
- (A) Apesar de se tratar de modalidade simples de licitação, a publicação do edital é imprescindível, pois este é considerado o termo inicial das obrigações.
 - (B) Poderá ser empregado na contratação de obras e serviços de engenharia até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
 - (C) O instrumento convocatório denomina-se Convite-Edital e poderá ou não ser publicado.
 - (D) Trata-se de modalidade que comporta menor formalismo, isso porque se destina à contratação de menor vulto.
 - (E) Exige a participação de, no mínimo, 3 (três) convidados, obrigatoriamente cadastrados previamente na Administração.
- 49.** No que concerne ao Processo Administrativo de Responsabilização, previsto na Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que
- (A) a instauração e o julgamento do processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica sempre caberá à autoridade máxima do Poder Legislativo, que agirá mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.
 - (B) o processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.
 - (C) o processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade superior à instauradora para julgamento.
 - (D) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudicará a aplicação imediata das sanções estabelecidas na Lei.
 - (E) a comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Delegado de Polícia de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

50. No que concerne à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações de improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato.
- (B) É sujeito passivo da improbidade apenas a pessoa física lesada pelo ato.
- (C) Reputa-se agente público todo aquele que exerce função remunerada, não transitória, por eleição, nomeação ou designação.
- (D) Os atos que importam violação de princípios da Administração não contemplam a perda da função pública como sanção.
- (E) O particular não poderá ser sujeito ativo de improbidade administrativa.

51. A despesa total com pessoal nos Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa em que não serão computadas nesse limite, entre outras, as seguintes despesas:

- (A) indenizações por licença-prêmio não usufruída.
- (B) pagamentos de qualquer indenização a inativos.
- (C) as decorrentes de decisões do Tribunal de Contas do Estado.
- (D) pagamentos de férias atrasadas e não usufruídas no período legal.
- (E) as relativas a incentivos à demissão voluntária.

DIREITO CIVIL

52. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é um conjunto de dispositivos sobre normas, dirigida a todos os ramos do direito, salvo naquilo que for regulado de forma diferente em legislação específica. Sobre a referida legislação, é correto afirmar:

- (A) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito, a doutrina e a jurisprudência.
- (C) a lei do país em que nascer a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (D) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- (E) a sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei pessoal do *de cuius* em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei brasileira.

53. O vigente Código Civil prevê como forma de extinção da pessoa natural a morte real ou a presumida, sem e com declaração de ausência. Em relação à morte presumida com declaração de ausência, de acordo com a doutrina majoritária, o cônjuge do ausente será considerado viúvo, expedindo-se mandado para registro do óbito no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais:

- (A) depois de publicada a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória.
- (B) cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória.
- (C) dez anos depois de passada em julgado a sentença que conceder a abertura da sucessão provisória.
- (D) não regressando o ausente nos dez anos seguintes de passada em julgado a sentença que determinar a abertura da sucessão definitiva.
- (E) não se pode mais declarar a viuvez do cônjuge do ausente, pela sistemática do Código Civil de 2002, devendo o casamento ser dissolvido por meio do processo de divórcio.

54. Além dos elementos estruturais e essenciais, pode o negócio jurídico conter outros elementos meramente acidentais, ajustados facultativamente pela vontade das partes e não necessários à sua existência, mas que, uma vez convenionados, passam a integrá-lo de forma indissociável. Em relação a esses elementos, é correto afirmar que

- (A) se considera condição a cláusula que, derivando da lei ou da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (B) se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- (C) enquanto eventual o direito do titular, nos casos de condição suspensiva ou resolutive, não lhe é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- (D) o termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito a que se refere o negócio jurídico firmado.
- (E) o encargo suspende a aquisição e o exercício do direito convencional, exceto quando expressamente ajustado pelas partes no negócio jurídico como condição resolutive.

55. Quanto ao momento da formação dos contratos, há que se distinguir aqueles que se formam entre presentes e entre ausentes. A dificuldade em se precisar em qual momento se deve considerar formado o contrato entre ausentes, apresenta algumas teorias. Dentre elas, se considerar não haver retratação do aceitante, o Código Civil adota a teoria da

- (A) informação propriamente dita.
- (B) informação da subespécie cognição.
- (C) declaração propriamente dita.
- (D) declaração da subespécie cognição.
- (E) declaração da subespécie expedição.

56. VENÂNCIO, enfrentando dificuldades financeiras, decide vender um imóvel que pertenceu a sua família por mais de um século, passando de geração a geração até lhe tocar a propriedade exclusiva. Faz a venda à vista a ASTOLFO e estipulam que na hipótese de este decidir vendê-lo num prazo de até 2 (dois) anos contados da alienação, deveria primeiro dar conhecimento a VENÂNCIO para, querendo, recomprá-lo. Após 18 (dezoito) meses, ASTOLFO vende o imóvel a TENÓRIO sem comunicar ao primitivo vendedor. Diante do caso hipotético, é correto afirmar:
- (A) VENÂNCIO, em razão de seu direito de retrovenda, poderá pleitear de ASTOLFO as perdas e danos, desde que o exerça dentro do prazo de até cento e oitenta dias contados da venda a TENÓRIO.
- (B) ASTOLFO poderá ser compelido judicialmente a desfazer a compra e venda celebrada com TENÓRIO, uma vez que VENÂNCIO reservou para si a propriedade do imóvel pelo período de 2 (dois) anos.
- (C) VENÂNCIO poderá depositar o preço pago por TENÓRIO, além de reembolsar as despesas e reaver o imóvel para si, desde que o faça dentro de até cento e oitenta dias contados da venda, exercendo seu direito de preempção.
- (D) ASTOLFO responderá por perdas e danos, por ter alienado o imóvel a TENÓRIO sem ter dado a VENÂNCIO ciência do preço e das vantagens que por ele lhe oferecem, em razão de seu direito de prelação.
- (E) VENÂNCIO poderá depositar o preço pago por TENÓRIO, além de reembolsar as despesas e reaver o imóvel para si, desde que o faça dentro de até cento e oitenta dias contados da venda, exercendo seu direito de retrato.
57. O parcelamento do solo urbano destina-se a ordenar o espaço urbano para habitação. Sua divisão ou redivisão deve obedecer aos parâmetros da legislação específica. Em relação a essa legislação, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é correto afirmar:
- (A) o parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e das legislações estaduais e municipais pertinentes.
- (B) considera-se loteamento as glebas de terras em área maior, destinadas a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (C) considera-se desmembramento a unificação de lotes em glebas destinadas a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, encerrando o prolongamento, modificação e ampliação das já existentes.
- (D) considera-se lote o terreno aquele ainda não servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam ou não aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- (E) para efeito de loteamento urbano, a infraestrutura básica dos parcelamentos ainda não deve estar constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar ou vias de circulação.
58. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. A revelia, porém, não produz o efeito mencionado, quando
- (A) o réu ingressar no feito, posteriormente, alegando preempção.
- (B) o litígio versar sobre direitos não patrimoniais disponíveis.
- (C) a petição inicial contiver pedidos cumulados, sendo um deles genérico.
- (D) as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis e estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- (E) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
59. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido constante na petição inicial que
- (A) esteja prescrito ou apanhado pela decadência.
- (B) contrariar enunciado de súmula do Tribunal de Justiça sobre direito municipal, estadual ou federal.
- (C) afrontar acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de sua Corte Especial.
- (D) infringir entendimento firmado em incidente de arguição de inconstitucionalidade.
- (E) estiver em confronto com julgamento do órgão especial do Tribunal Regional Federal.
60. A petição inicial será indeferida quando, depois de intimado e escoado o prazo do autor para regularizá-la,
- (A) o pedido formulado for juridicamente impossível.
- (B) ocorrer a preclusão consumativa.
- (C) não for indicado o fundamento legal do pedido.
- (D) o advogado que esteja advogando em causa própria, deixar de declarar o seu endereço, seu número de inscrição na OAB e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações.
- (E) não for inserido pedido de citação do réu.
61. A sentença não se considera fundamentada, quando:
- (A) se limite a reproduzir ato normativo, **ainda que** explique sua relação com a causa ou a questão decidida.
- (B) empregar conceitos jurídicos **determinados**, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- (C) invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- (D) não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes ou **incapazes** de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- (E) no caso de antinomia jurídica, utilizar o método da conjugação elisiva.

- 62.** Sobre a apelação, é correto afirmar que
- (A) quando interposta pela Fazenda Pública, prejudica o reexame necessário.
 - (B) interposta contra sentença que não resolve o mérito da lide, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.
 - (C) a decisão será tomada no órgão colegiado, pelo voto de 3 (três) magistrados, e quando o resultado do julgamento não for unânime e violar lei federal, caberá recurso especial.
 - (D) o pedido de concessão de efeito suspensivo deve ser formulado para o juiz de primeiro grau de jurisdição.
 - (E) quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, não será devolvido ao tribunal o conhecimento dos demais.
- 63.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando
- (A) ficar caracterizado o abuso do direito recursal ou o manifesto propósito reipersecutório do polo passivo da demanda.
 - (B) as alegações de fato formuladas pelo autor, na petição inicial, puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
 - (C) se tratar de pedido fidejussório exordial fundado em prova documental adequada.
 - (D) calcado em pedido inicial de cunho declaratório baseado em contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
 - (E) a contestação for instruída com prova documental que não seja capaz de gerar dúvida razoável aos fatos articulados pelo autor na petição inicial.
- 64.** As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Neste caminho sobre a prova pericial, como espécie de prova a ser produzida no processo, é correto afirmar que
- (A) o juiz poderá autorizar o pagamento de até sessenta por cento dos honorários arbitrados a favor do perito no início dos trabalhos.
 - (B) quando a perícia for inconclusiva, o juiz poderá cassar a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.
 - (C) o perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, devendo obrigatoriamente subscrever termo de compromisso.
 - (D) o perito pode escusar-se de realizar o laudo por impedimento, mas não por suspeição, a qual deve ser alegada por quaisquer das partes.
 - (E) a perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.
- 65.** Nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, ratificados pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, o Brasil compromete-se a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação, em especial:
- (A) adotar todas as medidas científicas, artísticas e culturais necessárias para a realização daqueles direitos.
 - (B) tomar todas as providências legislativas para modificar, amenizar ou revogar leis que constituírem discriminação contra seus familiares.
 - (C) realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho global ou regional.
 - (D) tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência, por parte de qualquer pessoa, organização ou empresa privada.
 - (E) propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias receptivas.
- 66.** Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:
- (A) características quantitativas, distributivas e qualitativas da rede de saúde na área.
 - (B) previsão do plano trienal de investimentos da rede.
 - (C) ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.
 - (D) os critérios demográficos serão ponderados pelo número de eleitores registrados.
 - (E) metade dos recursos destinados a Estados e Municípios será distribuído segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio.

67. É proibido o uso de fogo na vegetação, **exceto** nas seguintes situações:

- (A) em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, sendo desnecessária prévia aprovação perante o órgão de controle ambiental.
- (B) emprego da queima controlada em Área de Preservação Permanente, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da área.
- (C) independente da área, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo.
- (D) atividades de pesquisa científica de qualquer natureza, mediante prévia aprovação do órgão ambiental competente do SISNAMA.
- (E) agricultura de subsistência exercida pelas populações tradicionais e indígenas.

68. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São linhas de ação da política de atendimento ao idoso:

- (A) serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência e maus-tratos, assim como aos idosos que praticam exploração, abuso, crueldade e opressão.
- (B) serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis àqueles que forem abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.
- (C) proteção econômica, jurídica e social por entidades de defesa dos direitos dos idosos.
- (D) mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso e dos parentes que dele dependam.
- (E) programas de assistência técnica de emprego, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.

69. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício, e tendo sido formados em cursos reconhecidos,

- (A) são professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.
- (B) possuam a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço, independente de sua formação.
- (C) tenham aproveitamento de formação e experiências anteriores em instituições de ensino particulares, independente do nível universitário que possuam.
- (D) são trabalhadores em educação, portadores de diploma de administração, planejamento, execução, inspeção e orientação educacional.
- (E) são profissionais com notório saber para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação, atestados mediante declaração de próprio punho do outrora superior do interessado.

70. A União, no exercício da sua competência tributária,

- (A) poderá, mediante lei ordinária, instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (B) deverá, mediante lei complementar, instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (C) poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (D) poderá, mediante lei ordinária, instituir impostos extraordinários, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o princípio constitucional da anterioridade.
- (E) deverá, mediante lei ordinária, instituir impostos extraordinários, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o princípio constitucional da anterioridade.

71. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é

- (A) permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- (B) vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- (C) permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, não admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (E) permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

72. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, pertencem aos Municípios

- (A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (B) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) dez por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- (E) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

73. Segundo o Código Tributário Nacional, salvo disposição em contrário, entram em vigor

- (A) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, em 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- (B) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, quanto a seus efeitos normativos, em 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- (C) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na data da sua publicação.
- (D) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, em 45 (quarenta e cinco) dias após a data da sua publicação.
- (E) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, no primeiro dia do exercício seguinte a sua publicação.

74. De acordo com o Código Tributário Nacional, o direito de pleitear a restituição de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido pago espontaneamente extingue-se com o decurso do prazo de

- (A) cinco anos, contados da decisão administrativa que denegar a restituição.
- (B) dois anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- (C) um ano, contado da data da extinção do crédito tributário.
- (D) dez anos, contados da decisão administrativa que denegar a restituição.
- (E) cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário.

75. Segundo a Lei do Mandado de Segurança,

- (A) do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo por instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo regimental para o órgão competente do tribunal que integre.
- (B) da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo regimental.
- (C) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- (D) o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- (E) a sentença que conceder o mandado de segurança não poderá ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

76. Segundo a Constituição Federal do Brasil, a lei complementar disporá sobre

- (A) a emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (B) as diretrizes orçamentárias.
- (C) o plano plurianual.
- (D) os orçamentos anuais.
- (E) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual.

77. Assinale a alternativa que se apresenta em termos com a Lei Federal do Orçamento (Lei nº 4.320/64).

- (A) São Receitas de Capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (B) São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.
- (C) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Classificam-se como subvenções as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (E) São Inversões Financeiras as dotações para investimentos ou subvenções que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

78. De acordo com a Lei Federal de Orçamento,

- (A) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- (B) os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, não serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
- (C) não pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.
- (D) consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- (E) não pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

79. Assinale a alternativa que se encontra em harmonia com a lei que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

- (A) No prazo de sessenta dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
- (B) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo não será admitida ainda que comprovado o erro ou a omissão de ordem técnica ou legal.
- (C) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (D) Não constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (E) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

80. Assinale a alternativa que apresenta corretamente dois princípios orçamentários.

- (A) Universalidade e anterioridade.
- (B) Exclusividade e irretroatividade.
- (C) Não afetação das receitas e anterioridade.
- (D) Universalidade e anualidade.
- (E) Unidade e anterioridade.

81. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a lei que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

- (A) O Poder Executivo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal.
- (B) Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- (C) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes e o Ministério Público Federal quando constatarem que os gastos com os inativos e pensionistas dos órgãos da Administração Pública Municipal se encontrem abaixo do limite definido em lei.
- (D) Os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União relativas ao exercício anterior até trinta e um de março do ano corrente.
- (E) Os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, relativas ao exercício anterior, até trinta e um de maio do ano corrente.

**DIREITO PENAL E
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

82. O Decreto-lei nº 201/67 dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores e define os chamados crimes de responsabilidade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, mas dependem do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- (B) A condenação definitiva em qualquer crime de responsabilidade definido no art. 1º acarreta a inabilitação, pelo prazo de 5 anos, para exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação.
- (C) É crime de responsabilidade de prefeito municipal não permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha a Câmara dos Deputados.
- (D) Os crimes definidos no art. 1º são punidos com pena de reclusão de dois a doze anos.
- (E) A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos no art. 1º afasta a possibilidade de reparação civil do dano causado ao patrimônio particular.

83. "A", *office boy* de um grande escritório de advocacia, recebeu um cheque de um cliente do escritório para custear registro de escritura pública de imóvel. Depositou o cheque em sua própria conta bancária, com o fito de pagar contas atrasadas, pensando em devolver os valores quando recebesse o pagamento. O cheque, no entanto, não foi compensado em face da sustação efetuada pelo emitente.

O crime praticado por "A" foi

- (A) furto consumado.
- (B) peculato tentado.
- (C) apropriação indébita tentada.
- (D) furto de coisa comum.
- (E) apropriação indébita consumada.

84. O estrangeiro que utiliza como seu nome alheio para ingressar no país comete o crime de

- (A) uso de documento falso.
- (B) estelionato.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) fraude de lei sobre estrangeiro.
- (E) falsa identidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

85. Sobre o processo e julgamento dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previsto na Lei nº 9.613/98, alterada pela Lei nº 12.683/12, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o réu seja citado por edital, não compareça e não nomeie advogado, o processo será suspenso, assim como o prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes.
- (B) O processo e julgamento dos crimes a que se refere a Lei depende do processo e julgamento dos crimes antecedentes, especialmente quando praticados em outro país, sendo defesa a unidade de processo e julgamento.
- (C) Não se afigura possível a decretação antecipada de medidas assecuratórias referentes a bens, direitos ou valores do investigado.
- (D) Ainda que a execução imediata de medida assecuratória decretada possa comprometer as investigações, é defesa a suspensão pelo magistrado.
- (E) A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos na Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

86. O mandado de segurança, ação de impugnação, é instrumento utilizado para coibir ilegalidade ou abuso de poder que atinja direito líquido e certo. Em direito e processo penal, admite-se o emprego de tal meio quando não for o caso de impetração de *habeas corpus*. Nesse sentido, assinale a hipótese que permite a impetração de mandado de segurança:

- (A) quando o processo for manifestamente nulo.
- (B) quando não for alguém admitido a prestar fiança nos casos autorizados por lei.
- (C) em caso de irregular decretação de prisão.
- (D) para garantir a presença do advogado durante a produção de alguma prova na fase administrativa.
- (E) quando alguém estiver preso há mais tempo do que o determinado em lei.

87. O Capítulo II da Lei nº 12.850/13 (Organizações Criminosas) trata da investigação e dos meios de obtenção de prova para a investigação de crimes em que estejam envolvidas organizações criminosas, sem prejuízo de outros já previstos em lei. Importante meio admitido pelo art. 3º da lei é a colaboração premiada. Sobre tal meio de obtenção de prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a colaboração premiada permitir um ou mais dos resultados previstos no art. 4º da Lei, o juiz poderá reduzir a pena até 1/2 (metade) ou substituí-la por multa, sendo vedada a concessão de perdão judicial.
- (B) Quanto ao colaborador, o prazo para o oferecimento da denúncia poderá ser suspenso por até dois anos, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração.
- (C) O acordo de colaboração premiada é sigiloso e seu acesso é restrito apenas aos membros do poder judiciário, sendo tal sigilo mantido por todo o procedimento até o trânsito em julgado da sentença.
- (D) Após a homologação do acordo, a colaboração torna-se irretratável.
- (E) Admite-se a colaboração posterior à sentença, mas nesse caso, será admitida apenas a redução da pena ou a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos.

DIREITO DO TRABALHO

88. Em relação ao aviso prévio, é correto afirmar:

- (A) não é devido aviso prévio na despedida indireta.
- (B) a reconsideração antes de seu termo pela parte notificante não necessita de aceitação da outra parte.
- (C) a cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- (D) é ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- (E) reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado não tem direito ao aviso prévio.

89. Em relação às férias, é correto afirmar que

- (A) não há vedação para descontar as faltas do empregado ao serviço.
- (B) o período não será computado como tempo de serviço.
- (C) em qualquer caso serão concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.
- (D) serão concedidas por ato do empregador na época que melhor consulte os seus interesses.
- (E) o empregado poderá prestar serviços a outro empregador, independentemente de manter ou não contrato de trabalho com aquele.

90. Assinale a alternativa que representa o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

- (A) As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, não são de responsabilidade do sucessor.
- (B) A empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora independentemente de ficar comprovada fraude na transferência.
- (C) Em caso de criação de novo município, por desmembramento, cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado no período em que figurarem como real empregador.
- (D) Em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade solidária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão.
- (E) No tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será solidária entre a sucessora e a antecessora.

91. Em conformidade com o texto expresso na CLT, assinale a alternativa que representa corretamente uma prerrogativa dos sindicatos.

- (A) Colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.
- (B) Manter serviços de assistência judiciária para os associados.
- (C) Promover a conciliação nos dissídios de trabalho.
- (D) Promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.
- (E) Fundar e manter escolas de alfabetização e prevocacionais.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

92. De acordo com o entendimento expresso pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se concedido o prazo de

- (A) 5 (cinco) dias, previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
- (B) 5 (cinco) dias úteis, previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
- (C) 8 (oito) dias, previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
- (D) 8 (oito) dias úteis, previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente complementar e comprovar o valor devido.
- (E) 10 (dez) dias, previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.

93. No processo do trabalho, de acordo com o texto constante da CLT em relação aos recursos, é correto afirmar que o

- (A) agravo de petição é cabível dos despachos que denegarem a interposição de recursos.
- (B) agravo de instrumento é cabível das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções.
- (C) recurso ordinário é cabível das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em dissídio individual.
- (D) recurso de revista é cabível das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em processos de sua competência originária, em dissídio individual.
- (E) recurso de embargos é cabível da decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.

94. No processo do trabalho, de acordo com texto expresso na CLT, aberta a audiência,
- (A) o juiz ou presidente proporá a conciliação.
 - (B) o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.
 - (C) seguir-se-á a instrução do processo, com a oitiva das testemunhas.
 - (D) o presidente, *ex officio* ou a requerimento de qualquer juiz temporário, poderá interrogar os litigantes.
 - (E) poderá qualquer dos litigantes retirar-se, prosseguindo a instrução com o seu representante.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

95. Depreendem-se da Constituição Federal vários princípios que orientam a seguridade social no Brasil. Dentre eles, encontra-se o princípio
- (A) da equidade na forma de participação no custeio, pela qual as alíquotas e as bases de cálculo são iguais para empregadores e empregados.
 - (B) da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, escolhendo quais infortúnios são mais graves e qual população merece amparo nesses casos.
 - (C) da diversidade da base de financiamento, pela qual os recursos financeiros devem ser recolhidos exclusivamente junto a empregados e empregadores.
 - (D) do caráter democrático e descentralizado da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.
 - (E) de criação, majoração ou extensão de benefício ou serviço da seguridade social desde que sejam arrecadados recursos que correspondam a, pelo menos, 50% do valor do custeio total.
96. A garantia constitucionalmente prevista de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei, é
- (A) benefício da seguridade social.
 - (B) serviço previdenciário.
 - (C) serviço assistencial.
 - (D) benefício previdenciário.
 - (E) benefício assistencial.

97. É correto afirmar, com base nas Súmulas do Supremo Tribunal Federal e/ou do Superior Tribunal de Justiça, que
- (A) a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.
 - (B) a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido.
 - (C) é inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o décimo-terceiro salário.
 - (D) é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores de sociedades e titulares de firmas individuais como contribuintes obrigatórios da previdência social.
 - (E) o segurado pode ajuizar eventual ação contra a instituição previdenciária somente perante as varas federais da Capital do Estado-Membro em que possua domicílio.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

98. Nos termos do quanto disposto pela Lei Orgânica do Município de Barretos, é correto afirmar, sobre a realização de consultas populares por iniciativa do Prefeito, que
- (A) serão realizadas sempre que a Câmara Municipal deliberar, por 1/3 de seus membros.
 - (B) a votação será organizada e finalizada pelo Poder Executivo, no prazo de 2 meses após a apresentação da proposição.
 - (C) é vedada a realização de consulta popular nos 6 meses que antecedem as eleições para qualquer nível de governo.
 - (D) a proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 60% dos eleitores envolvidos.
 - (E) serão realizadas, no máximo, 5 consultas por ano, para que não haja sobrecarga da pauta da Câmara Municipal.

99. Suponha que o Vereador X, do Município de Barretos, utilizou-se do mandato para a prática de atos de corrupção, e que foi instaurado processo de cassação do seu mandato. Nessa hipótese, pautando-se no quanto disposto pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Barretos, é correto afirmar que

- (A) a denúncia escrita poderá ser feita pela Mesa da Câmara ou por qualquer partido político do Município de Barretos.
- (B) se o denunciado for o Presidente da Câmara ou Membro da Mesa, este conservará o cargo para os atos do processo, mas não poderá votar.
- (C) de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará a sua leitura e decidirá, ele mesmo, sobre o seu recebimento, com o posterior encaminhamento do processo à Câmara para constituição da Comissão Processante.
- (D) o denunciado deverá ser intimado a participar de todos os atos do processo, mas, no caso da oitiva de testemunhas que solicitem sigilo sobre os seus depoimentos, o Vereador não participará de tal oitiva.
- (E) caso se verifique a inobservância dos procedimentos e prazos previstos para o recebimento e processamento da denúncia, os membros integrantes da Comissão Processante serão destituídos de forma sumária.

100. Suponha que o Vereador X, do Município de Barretos, foi escolhido pelo Prefeito como o mais novo Secretário Municipal de Saúde. Nesse caso, segundo o disposto pela Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que o Vereador

- (A) poderá acumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários, optando por qualquer uma das remunerações.
- (B) poderá acumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários, e perceberá ambas as remunerações.
- (C) será considerado automaticamente licenciado, sem a remuneração inerente ao mandato de vereador.
- (D) pode optar por licenciar-se ou não, bem como qual a remuneração que irá perceber.
- (E) pode optar se irá se licenciar ou não, mas nesse caso, obrigatoriamente, perceberá a remuneração equivalente ao mandato de vereador.

